



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. PEDIDO DE DEFERIMENTO DO CONVÍVIO DA CRIANÇA COM A MÃE PARA O PERÍODO COVID-19, NA RESIDÊNCIA DA AVÓ MATERNA. DESCABIMENTO. VISITAÇÃO MATERNA. CABÍVEL.

Descabe o pedido de deferimento do convívio da criança com a mãe, na residência da avó materna, para o período da Pandemia COVID-19, uma vez que a guarda é mantida pelo genitor, mormente porque a agravante teria informado que ficaria até a Páscoa na cidade de POA, ainda que informe suspensão de suas atividades no período da Pandemia.

Contudo, a fim de preservar a necessária convivência entre mãe e a filha, deve ser regularizada a visitação materna.

Cabível a pretensão de visitação, não obstante o evento COVID 19, uma vez que a mãe certamente empreenderá todos cuidados que a etiqueta médica recomenda para preservar a saúde da criança.

Devida a adequada convivência da mãe e filha, de forma pessoal e não somente virtual para o período do COVID-19, já que a mãe permanecerá neste período na cidade de residência da criança.

Precedentes do TJRS.



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

Agravo de instrumento parcialmente provido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-
62.2020.8.21.7000)

COMARCA DE PORTO ALEGRE

L.M.S.C.

AGRAVANTE

..

G.C.C.

AGRAVADO

..

M.P.

INTERESSADO

..

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por L.M.S.C contra G.C.C, face decisão proferida nos autos da Ação de Dissolução de União Estável, alimentos e regulamentação de visitas.



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

Em suas razões, refere que requereu fosse oportunizada a readequação do convívio com sua filha, no período da "quarentena, uma vez que suas atividades profissionais de educadora infantil encontram-se suspensas, pretendendo que a medida se dê enquanto perdure calamidade quando reiniciasse as aulas da criança.

Contudo, o pedido foi indeferido, entendendo o Magistrado que a convivência deveria se dar, provisoriamente, em caráter virtual, considerado o momento excepcional vivido por toda comunidade.

Entende que embora a gravidade do momento, não é admissível que a menor esteja privada de conviver com sua genitora, não havendo comparação entre o convívio virtual e o pessoal.

Portanto, impõe-se a reforma da decisão agravada para que possa manter convívio com a filha no período da quarentena ou enquanto perdurar a calamidade, ou subsidiariamente, seja deferida visita em fins de semana alternados.

Requer o provimento do recurso.

É o relatório.



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

Efetuo o julgamento na forma monocrática, forte no art. 206, XXXVI, do RITJRS, combinado com o art. 932, VIII, do CPC.

O presente agravo de instrumento merece parcial provimento.

No caso, entendeu o Juízo do 1º Grau, por indeferir a convívio pessoal da criança com a mãe no período da "quarentena", face COVID-19, deferindo a convivência somente virtual.

Descabe o pedido de deferimento do convívio da criança com a mãe, na residência da avó materna, para o período da Pandemia COVID-19, uma vez que a guarda é mantida pelo genitor, mormente porque a agravante teria informado que ficaria até a Páscoa na cidade de POA, ainda que informe suspensão de suas atividades no período da Pandemia.

Contudo, a fim de preservar a necessária convivência entre mãe e a filha, deve ser regularizada a visitação materna.

Cabível a pretensão de visitação, não obstante o evento COVID 19, uma vez que a mãe certamente empreenderá todos cuidados que a etiqueta médica recomenda para preservar a saúde da criança.



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

Devida a adequada convivência da mãe e filha, de forma pessoal e não somente virtual para o período do COVID-19, já que a mãe permanecerá neste período na cidade de residência da criança.

Postas estas considerações, a fim de preservar a necessária convivência entre a mãe e filha, deve ser regulamentada a retirada da filha para sábados, alternados, pegando-a às 10 horas e devolvendo-a no domingo às 18:00 horas, conforme o pedido subsidiário.

Apreciando caso análogo, recentemente decidi:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. (...) AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS C/C OFERTA DE ALIMENTOS. VISITAÇÃO PATERNA. MODO DE REGULAMENTAÇÃO DAS VISITAS PATERNAS. MANUTENÇÃO. SUSPENSÃO INDEVIDA.

A fim de preservar a necessária convivência entre pai e filha, deve ser mantida a regulamentação da visitação paterna, nos termos da decisão agravada. Descabida a pretensão de suspensão da visitação diante do evento COVID-19, uma vez que não se verifica que a visita do pai importaria em risco à saúde e o bem-estar da criança, que certamente empreenderá todos cuidados necessários para tanto. Manutenção da adequada convivência do



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

pai com filha. Precedente do TJRS. Agravo de instrumento desprovido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5011023-47.2020.8.21.7000/RS, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, RELATOR: Gab. Des. Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em: 30-03-2020)

De igual sorte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. VISITAÇÃO PATERNA. REDUÇÃO. DESCABIMENTO. A decisão agravada fixou visitas ao pai em sábados alternados, das 09 às 18 horas. Recorre a mãe. Alega necessário período de adaptação e pede que as visitas sejam fixadas para serem exercidas na casa da mãe e com supervisão. A decisão não comporta reparo, porque consignou, aliás de forma certa, que a visitação é um direito do pai, e é benéfica à criança, especialmente para a criação e fortalecimento dos laços. A visitação fixada na origem já é diminuta. São 09 horas a cada 15 dias. Visitação menor não serviria para a finalidade a que se destina. Ademais, não há prova alguma de qualquer situação de risco para a criança, na manutenção desse já diminuto período de visitação ao pai, fora da casa da mãe e sem supervisão. Não há necessidade, portanto, de obrigar o pai a visitar com supervisão e/ou na casa da mãe.



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

NEGARAM PROVIMENTO. (Agravado de Instrumento, Nº 70082927005, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em: 05-03-2020)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALTERAÇÃO DE VISITAS. REDUÇÃO DAS VISITAS PATERNAS. INVIABILIDADE, NO CASO. MANUTENÇÃO DO ARRANJO ESTIPULADO NA SENTENÇA. 1. Em atenção aos interesses do infante, que devem ser prioritariamente assegurados, deve ser mantido o regime de visitação estipulado na sentença, em sábados alternados e em todas as sextas-feiras, das 17h30min às 20h, com amparo na prova técnica produzida. (...) APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível, Nº 70083515783, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em: 13-02-2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. GUARDA DE MENOR. TUTELA ANTECIPADA. 1. ALTERAÇÃO OU COMPARTILHAMENTO. DISPUTA ENTRE OS GENITORES. REQUISITOS. As alterações de guarda devem ser evitadas tanto quanto possível, pois implicam mudança na rotina de vida e nos referenciais dos menores, podendo gerar transtornos de ordem emocional. Caso concreto em que não se verifica comprovada situação de risco à saúde ou integridade física do infante a justificar a alteração



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

da guarda, exercida de fato pela mãe, mormente considerando a tenra idade da criança. (...) AGRADO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. (Agravo de Instrumento, Nº 70060684925, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Julgado em: 16-07-2014) APELAÇÕES CÍVEIS. CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS, CUMULADA COM REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA. FIXAÇÃO DE VERBA ALIMENTAR EM FAVOR DO FILHO MENOR. ADEQUAÇÃO DO QUANTUM ESTIPULADO NA SENTENÇA. REGIME DE VISITAÇÃO PATERNA. RESTRIÇÃO DE PERNOITES. DESCABIMENTO. (...) 2. Considerando a necessidade de fortalecimento e de preservação dos vínculos afetivos saudáveis e inexistindo qualquer adminículo de prova a evidenciar eventual situação de risco a que pode estar submetido o infante ao pernoitar na companhia paterna, deve ser mantido o regime de visitação estabelecido na origem, no segundo final de semana de cada mês, das 9h de sábado às 19h de domingo, sem prejuízo de posterior ampliação. APELOS DESPROVIDOS. (Apelação Cível, Nº 70075756528, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em: 14-12-2017)



@ (PROCESSO ELETRÔNICO)

CEZD

Nº 70084139260 (Nº CNJ: 0052285-62.2020.8.21.7000)

2020/CÍVEL

Por estes motivos, acolhe-se a pretensão de visitação da agravante, nos termos antes expostos.

Em face disto, dou parcial provimento ao presente agravo de instrumento.

Intimem-se.

Porto Alegre, 15 de abril de 2020.

DES. CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO,

Desembargador.